



Número: **0057299-74.2019.8.17.2990**

Classe: **PETIÇÃO CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Olinda**

Última distribuição : **06/12/2019**

Valor da causa: **R\$ 5.000,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JORGE LIMA DE SOUZA (REPRESENTANTE)		RAYANE TALITA SILVA DE LIMA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REQUERENTE)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
55125227	06/12/2019 13:09	Petição Inicial	Petição Inicial
55125228	06/12/2019 13:09	DPVAT - JORGE LIMA DE SOUZA	Petição em PDF
55125229	06/12/2019 13:09	BOLETIM DE OCORRÊNCIA	Documento de Comprovação
55125230	06/12/2019 13:09	FICHA DE ESCLARECIMENTO	Documento de Comprovação
55125231	06/12/2019 13:09	FICHA ESCLARECIMENTO -02	Documento de Comprovação
55126632	06/12/2019 13:09	LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTO	Laudo
55126633	06/12/2019 13:09	PROCURAÇÃO - JORGE	Procuração
55126634	06/12/2019 13:09	RECEITUARIO	Outros (Documento)
55126635	06/12/2019 13:09	RG - CPF - JORGE LIMA	Documento de Identificação
55132096	09/12/2019 15:03	Despacho	Despacho
56458588	14/01/2020 20:56	Petição	Petição
56458589	14/01/2020 20:56	RESPOSTA AO ID	Petição em PDF
56458593	14/01/2020 20:56	CTPS	Documento de Comprovação
56982068	28/01/2020 09:49	Despacho	Despacho
59334519	16/03/2020 17:18	Intimação	Intimação
59549683	20/03/2020 08:53	Petição	Petição
59549685	20/03/2020 08:54	Petição	Petição

em pdf





EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE OLINDA

JORGE LIMA DE SOUZA, brasileiro, solteiro, desempregado, inscrito no CPF sob nº 550.899.504-82 portador do RG 3.010.511 SDS/PE, residente e domiciliado a Rua Treze de Julho, Aguazinha, Olinda CEP 53210-030, vem à presença de Vossa Excelência, por seu representante constituído propor:

AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT

em face de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A., inscrita sob o CNPJ 09.248.608/0001-04, pelos fatos e motivos que passa a expor:

DOS FATOS

Trata-se de seguro devido em face de acidente ocorrido em 21 de outubro deste ano, às 21:00, na Avenida Presidente Kennyd, 2051, CEP 53300-090, que ocasionou CORTUÇAÇÃO EM QUADRIL E DIVERSOS ESCOREAMENTOS PELO CORPO no segurado, fatos estes, devidamente comprovados no teor do Boletim de Ocorrência que junta em anexo. Diante de tal fato, seria devido o pagamento do prêmio segurado, na forma do Art. 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/74.

Avenida Presidente Kennyd, 2051 - Olinda/PE – CEP: 53.300.090
Dra. Rayane Talita Silva de Lima | e-mail: marqueslimaadvocaciajuridica@gmail.com | Fone (81) 985197408





MARQUES & LIMA

ADVOCACIA

DO DIREITO

Nos termos do art. 3º da lei nº. 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar:

Art. 3º – Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte;

II – até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente;

III – até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) – como reembolso à vítima – no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Conforme documentação probatória, o nexo de causalidade entre o fato ocorrido (acidente) e o dano dele decorrente são inequívocos, fazendo jus o Autor ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74:

Art. 5º. **O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente**, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

Assim, tem-se evidenciado:

a) Prova do acidente

b) Prova do dano decorrente

É dever da Seguradora Requerida, cumprir com o determinado pelo art. 373 do CPC, que diz que ao réu incumbe o ônus da prova, *quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor*.

No presente caso, tem-se em tela um ato ilícito pelo descumprimento de obrigação contratual por parte do Réu, o que se enquadra no Código Civil nos seguintes termos:

Avenida Presidente Kennyd, 2051 - Olinda/PE – CEP: 53.300.090

Dra. Rayane Talita Silva de Lima | e-mail: marqueslimaadvocaciajuridica@gmail.com | Fone (81) 985197408





MARQUES & LIMA

ADVOCACIA

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. Ou seja, pela omissão voluntária do réu, que reflete diretamente num prejuízo ao Autor tem-se configurado um ato ilícito. No mesmo sentido, o Código Civil dispõe:

Art. 389. Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado.

Portanto, trata-se de necessária indenização proporcional ao dano sofrido pelo Autor, conforme precedentes sobre o tema: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. PROPORCIONALIDADE. 1- A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez permanente parcial, deve ser fixada em valor proporcional ao grau do dano sofrido pela vítima do acidente automobilístico. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (TJ-GO – AC: 04574988420088090065, Relator: DR (A). SEBASTIAO LUIZ FLEURY, Data de Julgamento: 22/09/2016, 4A CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: DJ 2124 de 04/10/2016)

Trata-se da necessária aplicação da lei, uma vez que demonstrado o compromisso firmado pelo contrato e a ocorrência do descumprimento, outra solução não resta se não o imediato pagamento do débito, conforme amplamente protegido pelos tribunais.

CORREÇÃO MONETÁRIA – TERMO INICIAL

Conforme precedentes sobre o tema, o valor apurado deve sofrer correção monetária a partir da data do sinistro: AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. I- CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. Em se tratando de ação de cobrança de seguro DPVAT, a correção monetária incide a partir da data do sinistro, ou seja, do efetivo prejuízo, nos termos da Súmula nº 43 do Superior Tribunal de Justiça. II- HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PARTE AUTORA BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA. Restando configurada a sucumbência recíproca, devem ser as partes

Avenida Presidente Kennyd, 2051 - Olinda/PE – CEP: 53.300.090

Dra. Rayane Talita Silva de Lima | e-mail: marqueslimaadvocaciajuridica@gmail.com | Fone (81) 985197408





MARQUES & LIMA

ADVOCACIA

condenadas, proporcionalmente, ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, ainda que uma delas seja beneficiária da assistência judiciária, ficando suspensa a cobrança para essa última, segundo o que estabelece o artigo 12 da Lei nº 1.060/50, não havendo se falar do limite de 15% previsto nessa lei, uma vez que ele foi revogado pelo Código de Processo Civil de 1973. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJ-GO – AC: 04374876620148090051, Relator: DES. GERSON SANTANA CINTRA, Data de Julgamento: 23/08/2016, 3A CÂMARA CIVEL, Data de Publicação: DJ 2111 de 15/09/2016)

DA JUSTIÇA GRATUITA

O Autor encontra-se desempregado, não possuindo condições financeiras para arcar com as custas processuais sem prejuízo do seu sustento e de sua família, conforme declaração de hipossuficiência, cópia dos seus contracheques e certidão de nascimento dos filhos que junta em anexo. Por tais razões, com fulcro no artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal e pelo artigo 98 do CPC, requer seja deferida a AJG ao requerente.

DOS PEDIDOS

1. A concessão da Assistência Judiciária Gratuita, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil;
2. A citação do réu, na pessoa de seu representante legal, para, querendo responder a presente demanda;
3. A procedência do pedido, com a condenação do Réu ao pagamento imediato das quantias devidas, no valor de R\$ 5.000,00, acrescidas ainda de juros e correção monetária;
4. A produção de todas as provas admitidas em direito

Avenida Presidente Kennyd, 2051 - Olinda/PE – CEP: 53.300.090

Dra. Rayane Talita Silva de Lima | e-mail: marqueslimaadvocaciajuridica@gmail.com | Fone (81) 985197408





MARQUES & LIMA

ADVOCACIA

5. A condenação do réu ao pagamento de honorários advocatícios nos parâmetros
previstos no art. 85, § 2º do CPC

Dá-se à causa o valor de R\$ 5.000,000

Nestes termos, pede deferimento

RAYANE TALITA SILVA DE LIMA

OAB 49713

Avenida Presidente Kennyd, 2051 - Olinda/PE – CEP: 53.300.090
Dra. Rayane Talita Silva de Lima | e-mail: marqueslimaadvocaciajuridica@gmail.com | Fone
(81) 985197408

